



# RELIGIÕES JUDAICO-CRISTÃS E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A REALIDADE BRASILEIRA

Bárbara Pontes\*  
Vanessa Ribeiro Cavalcanti\*\*

## RESUMO

Este artigo objetiva compreender como se dá o enfrentamento à violência de gênero por religiões judaico-cristãs a partir do levantamento do estado da arte. Para tanto abordaremos a importância do discurso religioso para a constituição do sujeito e para a construção da imagem feminina nessas religiões. Num segundo momento trabalharemos com a teologia feminista e seu enfrentamento à violência de gênero e finalizaremos com o levantamento do Estado da Arte. **Palavras-chave:** Religiões judaico-cristãs. Teologia feminista. Violência de gênero.

## ABSTRACT

This article aims to understand how is confronting gender violence by Jewish-Christian religions through the lifting of the state of the art. Therefore we discuss the importance of religious discourse to the constitution of the subject and the construction of the female image in these religions. Secondly, we work with feminist theology and his face gender violence and conclude with the State of the Art of the survey.

**Key words:** Judeo-Christian religions. Feminist theology. Gender violence.

---

\* Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador; Mestre em Família na Sociedade Contemporânea – UCSAL (2014). Licenciada em História pela Universidade Estadual de Pernambuco – UPE (2008). Bolsista FAPESB.

\*\* Pós-doutorado em Humanidades pela Universidad de Salamanca (2011). Doutorado em História – Universidad de Leon (2003). Mestrado em História Social pela PUC/SP. Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP (1992).



## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo está frente a la violencia de género por las religiones judeocristianas a través del levantamiento del estado de la técnica. Por lo tanto se discute la importancia del discurso religioso en la constitución del sujeto y la construcción de la imagen femenina en estas religiones. En segundo lugar, trabajamos con la teología feminista y su rostro la violencia de género y concluimos con el Estado del Arte de de la encuesta.

**Palabras-clave:** Religiones judeocristianas. Teología feminista. Violencia de género.

Com o objetivo de compreender como se dá o enfrentamento à violência de gênero por religiões judaico-cristãs na realidade brasileira discutiremos inicialmente sobre a importância do discurso religioso para a constituição do sujeito e especificamente da mulher. Depois abordaremos a Teologia Feminista e como esta vem trabalhando o enfrentamento à violência de gênero e por fim, analisaremos como esse enfrentamento tem ocorrido por meio do levantamento do Estado da Arte.

Iniciaremos, dessa forma, abordando a importância do discurso religioso para a constituição do sujeito.

[...] o homem precisa ocultar a si mesmo o caráter construído da ordem social para que ela possa se reproduzir como ordem, evitando assim a anomia e o caos. Surge a religião como força poderosa que torna plausíveis e duradouras as construções sociais da realidade, eliminando a precariedade intrínseca destas ordens construídas. A religião inclui o construído num mundo mais abrangente – sagrado – que legitima, justifica e explica as mazelas do cosmo construído (Peter BERGER, 1985, p. 7).

Essa perspectiva deve ser compreendida sem deixar de considerar que a partir da Modernidade, para Anthony Giddens (1991), o sujeito se encontra desencaixado por conta da dificuldade de atribuir sentido às suas experiências, ocasionada pela perda de força de paradigmas e representações norteadoras. E que com o advento da razão iluminista, recusa como forma de responder as questões não só do mundo como do próprio sujeito, as construções tradicionais, ou seja, religiosas.



[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (Stuart HALL, 2000, p. 7).

Levaremos em conta aqui, apesar da religião não possuir o mesmo status de importância social sobre a representação do mundo e do ser humano, que “Toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa lugar destacado nesse empreendimento” (Peter BERGER, 1985, p. 15). Mesmo que reconhecidamente a religião não seja mais o único ou o mais importante empreendimento contemporâneo, não deixaremos de considerar sua notoriedade, percebendo que os sistemas de produção universal de sentidos não desapareceram, havendo sim “uma multiplicidade de sentidos sendo oferecidos e, conseqüentemente, a necessidade de escolha diante dessa possibilidade” (Maria Cristina AMAZONAS; Thálita SILVA, 2008, p.74).

A religião cristã foi uma das instituições que buscaram “trazer todas as pessoas para dentro de um espaço de poder e mantê-las dentro de um único comum e supraordenado sistema de sentido” (Peter BERGER; Thomas LUCKMANN, 2004, p. 42). E sabendo que “O indivíduo se apropria da realidade das instituições juntamente com os seus papéis e sua identidade” (Peter BERGER, 1985, p.30), nos preocuparemos em compreender a construção do feminino nas instituições religiosas, tendo como premissa que essa construção de papéis gera uma introspecção dos mesmos e dita um determinado tipo de conduta e comportamento esperado tanto para as mulheres quanto para os homens. “A sociedade é a guardiã da ordem e do sentido não só objetivamente, nas suas estruturas institucionais, mas também subjetivamente, na estruturação da consciência individual” (Peter BERGER, 1985, p. 34).

Ao se relacionar com o sagrado, através da religião, o indivíduo estava, de fato, relacionando-se com a ordem coletiva e comungando de uma comunidade imaginada. De acordo com Stuart Hall (2000),



a importância dessas comunidades está na mobilização das pessoas, de seus desejos de viver em conjunto e de perpetuar uma herança, independentemente de suas diferenças. A identidade religiosa fornece o material para que o indivíduo se perceba como pertencente a uma comunidade imaginada e, assim, invoca uma origem comum que tem a ver bem mais com aquilo que podemos nos tornar do que com o que de fato somos (Maria Cristina AMAZONAS; Thálita SILVA, 2008, p.74-75).

Tendo em vista que “O discurso nas doutrinas coage e é coagido para e pela lógica da identidade.” (Mairon Escorsi VALÉRIO, 2004, p. 233) podendo a religião ser, desta forma, considerada como um regime de verdade. E que:

O monopólio dos sistemas de interpretação religiosa da realidade facilitava a corporificação e manutenção de modelos, além de criar programas para a execução e realização de padrões de ação que deveriam orientar e regulamentar o agir do indivíduo em todas as esferas da vida. Mediados pelo sagrado, esses sistemas de interpretação delimitavam a relação social, posicionando hierarquicamente as pessoas, de acordo com a classe e o gênero. Desse modo, essas grandes narrativas e suas certezas universais estabeleciam, no interior das estruturas sociais e suas instituições (Família, Estado, Igreja), lugares fixos a serem ocupados por homens e mulheres. A providência divina de um lugar-comum e a diferença dos papéis ocupados de acordo com o gênero eram, pois, auto-evidentes e inquestionáveis (Maria Cristina AMAZONAS; Thálita SILVA, 2008, p.75).

Dessa maneira, entendemos que a estruturação da consciência de si, para pessoas religiosas, leva, ainda hoje, em consideração a construção social de papéis, funções e comportamentos esperados para cada indivíduo, havendo uma diferenciação acentuada de expectativas separadas pelo gênero. Evitando o sujeito, até certo ponto, se distanciar ou romper com o esperado pela instituição para evitar uma ruptura e uma consequente anomia.

Assim como se constrói e sustenta um nomos do indivíduo na conversão com interlocutores importantes para ele, assim o indivíduo é mergulhado na anomia quando essa conversão é radicalmente inter-



rompida. [...] Ser segregado da sociedade expõe o indivíduo a uma porção de perigos que ele é incapaz de enfrentar sozinho; num caso extremo ao perigo de extinção iminente. Ser separado da sociedade inflige também ao indivíduo intoleráveis tensões psicológicas, tensões que se fundam no fato radicalmente antropológico da sociedade. O perigo supremo de tal separação é, no entanto, o perigo da ausência de sentido. [...] A anomia é intolerável até ao ponto que o indivíduo pode lhe preferir a morte. Reciprocamente, a existência num mundo nômico pode ser buscada a custo de todas as espécies de sacrifício e sofrimento – e até custo da própria vida, se o indivíduo estiver persuadido de que esse sacrifício supremo tem alcance nômico (Peter BERGER, 1985, p. 34-35).

A espiritualidade cristã, como qualquer construção humana, sofre influência do momento histórico cultural na qual está inserida. Podemos identificar marcas da filosofia grega, que era uma produção de uma elite masculina e possuía uma visão dualista do universo e do ser humano. Esta filosofia é caracterizada pela segregação dos pobres e das mulheres, seres considerados como inferiores e incapazes de produzir conhecimento. Aceitando a influência de pensadores como Platão e Aristóteles, o cristianismo formulou um conceito patriarcal de Deus.

os corpos religiosos estão prisioneiros ou são prisioneiros voluntários de um sistema que continua legitimando a superioridade de uns em relação aos outros. E este sistema tem sua dose de responsabilidade na manutenção de estereótipos, de formas de socialização e dominação além de permitir que as mulheres sejam ainda consideradas cidadãs de segunda classe. Tudo isso tem consequências que precisam ser avaliadas no presente momento de nossa história (Ivone GEBARA, 2013, p.106).

A religião se pluralizou e se privatizou tornando-se uma escolha individual, porém vem dar ao indivíduo generificado um sentido prático para sua vida social, para as suas dores e angústias existenciais.

### **MULHER, FAMÍLIA, VIOLÊNCIA E TEOLOGIA FEMINISTA.**

Discorreremos, nesse momento, sobre a construção do feminino partindo da perspectiva religiosa, mais precisamente de como a religião



judaico-cristã, construiu a imagem feminina ao longo de sua tradição e a importância desta construção para a sociedade ocidental. “O gênero da religião cristã é masculino e é neste mundo masculinizado que nós, homens e mulheres, nos relacionamos, nos significamos [...] e nos organizamos do ponto de vista religioso” (Marcelo Augusto VELOSO, 2005, p.72).

A questão de gênero não somente desperta para as históricas construções que constituem nosso modo de viver como mulheres e homens, mas torna-se também uma provocação e um convite para rever os modelos de Deus que são interiorizados automaticamente, através da ideologia de dominação subjacente aos discursos religiosos (Mercedes LOPES, 2013, p.61).

De acordo com Michele Perrot (1998), as religiões monoteístas assumiram – em seus dogmas e sistemas de valores – a desigualdade entre os sexos. Sendo o masculino o polo superior, marcado pela identidade, pensando-se no próprio Deus como sendo do gênero masculino, transformando-se em religiões patriarcais “o símbolo exclusivamente masculino de Deus é pronunciado de uma forma literal, como se essencialmente fosse um Deus-ele” (Glória VIERO, 2005, p. 152).

Partindo de uma imagem masculina da divindade (Deus pai), como também o sexo biológico do seu único filho Jesus Cristo como mediador entre a humanidade e a divindade constitui-se “um dispositivo ideológico que sustenta as pretensões de acesso exclusivo ao poder religioso e social por parte dos homens” (Ezequiel SOUZA, 2010, p.5).

A partir do mito sobre o cotidiano do primeiro casal criado por Deus, a mulher irá se tornar devedora em relação à humanidade. “É pela desobediência, pela curiosidade da mulher, no entanto, que a humanidade perde o paraíso, o que vai significar viver a intranquilidade de ser mortal, procriar e produzir na dor e no sacrifício” (Cristina BUARQUE, 1997, p.83). A culpa é estrutura fundante do *status quo* do Ocidente judeu-cristão e essa culpa é uma culpa feminina. “À mulher caberia a culpa pelas punições do divino impostas à humanidade como um todo. E assim, sempre lhe coube uma dupla punição: a existência limitada e a humanidade limitada” (Cristina BUARQUE, 1997, p.78). São as mulheres as culpadas por colocar limites na existência humana.



Ivone Gebara (2000) em seu livro “Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia feminista do mal”, ao tratar do mal presente nas instituições, afirma que:

[...] quando se trata das mulheres, alguns textos da Escritura e muitos textos de comentários teológicos dos “Padres” da Igreja afirmam que os seres femininos são não apenas inferiores aos masculinos, mas sua “malignidade” é maior (Ivone GEBARA, 2000, p.31).

Dessa forma, podemos afirmar que o cristianismo tem uma compreensão hierárquica e patriarcal. Seu mundo simbólico é dominado pela simbologia masculina. A Bíblia é mais ligada aos acontecimentos vinculados à ação masculina do que à ação feminina, corroborando com a produção universal de um discurso universalmente masculino.

Comumente se fala dos discípulos, dos apóstolos, dos enviados, como se eles fossem unicamente homens e como se a própria construção da Igreja, pudesse ter sido realizada sem a ação devotada de milhares de mulheres. [...] O silêncio ou a ocultação das mulheres nas ações chamadas públicas reflete o privilégio do ator masculino e sua centralidade histórica. Revela também uma escala de valores, uma hierarquia estabelecida a partir do que a cultura considera como superior (Ivone GEBARA, 2000, p. 116).

Há um outro fator presente na religião cristã importante de ser considerado além da culpa e da malignidade feminina que é o sacrifício.

Do ponto de vista religioso, viver no sacrifício é viver em obediência à vontade do Pai. E viver na obediência ao Pai é viver na obediência a seu Filho, representado pela imagem do pai, do marido, dos irmãos e dos homens que detêm um certo poder social e religioso. A ideologia do sacrifício, imposta pela cultura patriarcal, desenvolveu entre as mulheres uma educação à renúncia (Ivone GEBARA, 2000, p. 135).

E essa ideologia do sacrifício é geradora do medo, do medo de não corresponder a um ideal de comportamento estabelecido pela cultura e conseqüentemente de ser abandonada por Deus, levando a uma atitude de resistência e aceitação do sofrimento como parte dos desígnios de Deus, carregando como cruz imposta assim como fez o Seu Filho.



Para se redimir da sua culpa e malignidade resta à mulher o caminho da maternidade; é na imagem de Maria, mãe de Jesus, que a mulher deve se guiar, não importando o sofrimento que precise ser vivenciado, tendo em vista que o sacrifício é um exemplo deixado por Jesus a ser seguido.

A teologia feminista é um campo do conhecimento que pode, num primeiro momento, parecer estranho ou até mesmo contraditório, porém tal como o feminismo luta por uma igualdade de direitos para as mulheres em uma sociedade patriarcal, denunciando o caráter de construção social dessa desigualdade, a teologia feminista procura fazer o mesmo num terreno que além de patriarcal é, de certa forma, um discurso legitimador do patriarcalismo, que é a religião. Buscando o rompimento da assimetria de gênero que já discutimos anteriormente e demonstrando que os textos religiosos também foram construídos socialmente e sofrem, com isso, influência do seu contexto histórico, tendo em vista que, como afirma Peter Berger (1985, p.61), a religião “deriva a sua realidade objetiva e subjetiva dos seres humanos, que a produzem e a reproduzem ao longo de suas vidas”.

Para tanto, as teólogas incorporaram a perspectiva de gênero ao campo do saber religioso.

La moral, la ética, la antropología cristiana, La hermeunéutica bíblica, etc., en fin todos los campos del saber religioso institucional e histórico han sido reexaminados por teólogas, biblistas, expertas em las religiones, permitiendo que cada una incorporara su perspectiva de género. Es ésta perspectiva la que as há dado en llamar, especialmente en América Latina, “ver con ojos de mujer”, estudiar con “mente de mujer” y, ultimamente, experimentar con “cuerpo de mujer” (Sylvia MARCOS, 2007, p. 36).

Assim como afirmamos anteriormente sobre a não existência de um feminismo e sim de feminismos, também existem inúmeras alternativas para se trabalhar a questão de gênero na religião, fazendo releituras de textos bíblicos, valorizando as passagens que relatam a participação das mulheres, demonstrando o tratamento dado por Jesus Cristo às mesmas e buscando pensar num lado feminino de Deus.



Algunas búsquedas alternativas propuesto pensar a Dios como madre y no solo como padre, incorporado imágenes femininas de Dios, tratado de ver al Espíritu Santo como femenino; también han revalorizado lo cotidiano y la dimensión del placer. De este panorama se desprende la imagen de una hermenéutica osada, que cuestiona la validez de los textos patriarcales discriminadores de la mujer (Sylvia MARCOS, 2007, p. 40).

Essas discussões que objetivam romper com o silêncio imposto às mulheres no interior das instituições religiosas cristãs visam também romper com a naturalização de algumas posturas e imposições de papéis femininos que são naturalizados pelas práticas teológicas com parte de seus destinos e, portanto, inquestionáveis.

De acordo com Ivone Gebara, teóloga feminista, a questão de gênero “nos convida a rever nossos modelos de construção teórica sobre Deus e a examinar as implicações culturais e sociais na vida das mulheres e dos homens de um determinado contexto” (Ivone GEBARA, 2000, p. 109), visto que os valores e virtudes cristãos não foram nem são vivenciados de forma igualitária entre os gêneros e o que para os homens pode tornar-se expressão de amor, para as mulheres tornou-se também expressão de opressão e humilhação.

No que se refere à conduta das mulheres, a autora coloca que “São as mulheres que, ao nível doméstico, reproduzem as estruturas sociais mais fundamentais. São elas que, por sua presença no lar, na escola e na igreja, garantem a reprodução das normas do sistema patriarcal” (Ivone GEBARA, 2000, p. 149) – e mais adiante ao se referir especificamente à questão da violência: “É como se, numa estrutura de violência e de injustiça social, o lar, e especialmente as mulheres, aparecessem como aliados, ou como um lugar de consentimento privado e silencioso aos atos de violência e de injustiça mais amplos” (Ivone GEBARA, 2000, p.153). Percebendo as mulheres não apenas como vítimas e, até mesmo, como mantenedoras desse sistema, assim como perpetradoras de atos de violência contra outras mulheres quando num sistema hierárquico, citando como exemplo os conventos e enquanto mães, contra os filhos.

Em outra publicação, que também trata da violência contra a mulher e, neste caso, a religião protestante, os autores afirmam:



---

A forma como a igreja ou a comunidade religiosa tratam as questões relativas ao conceito de submissão e perdão e os papéis do homem e da mulher nas relações de gênero, em geral, favorecem a interiorização por parte da mulher de que a violência é aceitável no casamento (Ailen CARROLL; Sérgio ANDRADE, 2010, p.38).

O livro intitulado “Até Quando? O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo” (2010) direciona-se a pastores, pastoras e líderes das igrejas cristãs que queiram lidar com o problema da violência contra a mulher praticada por parceiros íntimos a partir de uma perspectiva bíblica e pastoral. Partindo do conceito de violência praticada por parceiros íntimos, da previsão da lei Maria da Penha, dos efeitos e tipologias da Violência Praticada por Parceiro Íntimo (VPI), os autores vão revelar mitos e verdades no que se refere ao tema, desconstruindo algumas crenças populares. Demonstram o ciclo da violência e indicam como apoiar as mulheres que sofrem de violência sinalizando a importância da denúncia no combate a VPI e de como aconselhar o autor dessa forma de violência, dando dicas para preparar e prevenir a igreja contra a mesma, assinalando como possíveis ferramentas a serem utilizadas pelos pastores a roda de poder e controle e a roda de igualdade e como trabalhar com esses recursos.

Ao abordar a questão da indissolubilidade do matrimônio, presente entre os dogmas religiosos, os autores afirmam que quando há a dissolução do casamento, no caso de violência contra a mulher, não é a mulher quem rompe com os votos do matrimônio e sim o parceiro violento, tendo em vista que

A violência praticada por um parceiro contra o outro é contrária aos propósitos de Deus para o casamento. Além disso, tal situação representa uma ruptura dos votos sagrados feitos no dia do casamento. Felicidade, amor, dignidade e respeito eternos são destruídos e a confiança, mutilada (Ailen CARROLL; Sérgio ANDRADE, 2010, p.91).

E ao concluir, o fazem apontando que:



- Os textos bíblicos sobre o casamento e o divórcio foram escritos com a intenção de estimular e assegurar as relações baseadas no respeito, na dignidade, no cuidado e no amor entre homem e mulher;
- Quando a Bíblia apresenta exceções à regra do “casamento para sempre”, o faz apontando-as como resultado de uma ruptura unilateral de fidelidade, respeito, confiança e dignidade no casamento;
- A VPI praticada no casamento evidencia absoluta falta de respeito contra a mulher e destrói a confiança e o amor entre esposo e esposa. Tal realidade demonstra ruptura dos votos sagrados do matrimônio.
- Os textos bíblicos que tratam do desgosto de Deus diante do divórcio não foram escritos com a intenção de encorajar mulheres que sofrem de VPI a permanecerem ao lado de homens violentos.
- Os pais têm a responsabilidade de educar seus filhos nos caminhos de Deus e não provocá-los à ira. A VPI “ensina” às crianças comportamentos e valores não compatíveis com a fé cristã. Além disso, ambientes em que a VPI esteja presente podem colocar a saúde física e mental dos filhos em risco (Ailen CARROLL; Sérgio ANDRADE, 2010, p.92-93).

Há também a publicação do pastor Miguel Ángel Núñez (2005), intitulada “Amores que Matam: o drama da violência contra mulher”. O livro tem por objetivo proporcionar maior consciência sobre o tema e sensibilizar os representantes da igreja ante a necessidade de dar maior apoio às vítimas.

Creio que muitas igrejas cristãs caíam em uma “cumplicidade de silêncio”. Muitas congregações acreditaram que o problema não lhes dizia respeito. Escrevo com a convicção de que não falar do tema é apoiar os agressores. Não ajudar efetivamente as vítimas é não prover-lhes o que a igreja supostamente deve dar: apoio ao necessitado e refúgio ao que sofre (Miguel ÁGEL NÚÑEZ, 2005, p. 9).

O autor trabalha com o conceito de violência, traz dados mundiais sobre o fenômeno, fala sobre alguns mitos em torno da brutalidade em casa, da Síndrome de Estocolmo que acarreta mulheres que sofrem de agressão doméstica e outras consequências da violência, sempre



sugerindo como o pastor deve atuar nessas situações. Descreve o ciclo da violência; apresenta um questionário para ser aplicado com mulheres que supostamente sofrem violência no intuito de constatar a sua ocorrência. Fala sobre a influência dos meios de comunicação na normalização da violência contra a mulher. Trabalha com o texto bíblico propondo uma nova interpretação sobre os mesmos, com o objetivo de firmar uma igualdade entre os gêneros, assim como trabalha algumas teólogas feministas, buscando romper com interpretações patriarcais da bíblia. Problematisa a questão do perdão, muitas vezes cobrado da mulher religiosa para com seu agressor, afirmando ser este quem rompe com a sagrada promessa do casamento e não a vítima, deixando clara a possibilidade de divórcio nestes casos. Trazendo sugestões sobre o que pode ou não ser feito pela igreja para o enfretamento da violência contra a mulher.

Dentre as publicações pastorais que abordam a temática da violência contra a mulher podemos citar a Cartilha Renascer na Esperança (2002)<sup>1</sup>, que foi produzida pelo Núcleo de Articulação para a Superação da Violência Familiar, formado em 2001 no intuito de dar continuidade às discussões e vivências realizados no III Encontro Internacional de Diaconia, realizado no mesmo ano e que teve como tema a violência familiar.

A cartilha é composta por uma introdução que apresenta as definições de violência e violência intrafamiliar, em seguida uma apresentação com as metas do Núcleo e posteriormente está dividida em oito estudos: Violência; Discussão sobre o uso da raiva; Preconceito; A abordagem ética da questão da violência por parte da Igreja; As faces da violência nas relações interpessoais; Construindo Ferramentas para lidar com a violência; Posições e abordagens frente a situações de violência familiar e Conhecendo as leis e as possibilidades de encaminhamento e atendimento. Cada um desses estudos possui seu objetivo, traz a metodologia de trabalhar cada estudo por meio de dinâmicas para que o tema seja trabalho e o objetivo do mesmo alcançado, juntamente com reflexões e citações bíblicas.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.diaconia.org.br/novosite/biblioteca/int.php?id=28>, último acesso em: 25/08/2014.



Uma outra publicação da Diaconia é a cartilha “Superando a violência familiar contra a mulher – Roteiro de oficinas para Igrejas” (2007)<sup>2</sup>. Essa é uma publicação de 126 páginas que também traz o conceito de violência, dados, a tipologia (física, psicológica, sexual, moral e patrimonial), convenções e tratados que tratam do enfrentamento e erradicação; o círculo do poder, o ciclo da violência, passos práticos a serem adotados em situações de violência e oficinas com o passo a passo de suas realizações pelas igrejas.

Sem o intuito de dar conta da vasta gama de publicações existentes sobre a temática, percebemos que existe o reconhecimento e a preocupação para com o enfrentamento e a eliminação do fenômeno da violência doméstica contra a mulher no interior das igrejas protestantes.<sup>3</sup> Isso porque dentre as publicações abordadas aqui a grande maioria é proveniente de religiões protestantes.

## LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE

Realizamos o levantamento das dissertações e teses que tratam da questão da violência de gênero e religiões judaico-cristãs no banco de teses e dissertações, BDTD, a busca foi realizada a partir das palavras-chave “violência” e “religião” – no intuito de identificar o posicionamento e a atuação da Igreja em situações de violência doméstica contra mulheres adeptas – por meio do levantamento e análise do Estado da Arte, compreender a realidade das mulheres religiosas e como elas entendem e atuam no que se refere à violência sofrida e seu enfrentamento. Foram selecionados dez trabalhos, dentre eles oito dissertações e duas teses, como meio de alcançarmos os objetivos supracitados.

No que se refere especificamente à violência contra a mulher, existe uma produção acadêmica que relaciona a violência contra a mulher com a linguagem masculina de Deus, da qual tratamos aqui. Essa produção,

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.diaconia.org.br/novosite/biblioteca/publicacoes.php?page=3>, último acesso em: 26/08/2014.

<sup>3</sup> Ver também os sites: <<[http://www.batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=378&Itemid=87](http://www.batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=378&Itemid=87)>>; <<<http://www.metodista.br/fateo/noticias/professora-lanca-livro-sobre-violencia-domestica-entre-mulheres-evangelicas>>>; <<<http://www.cpb.com.br/>>> últimos acessos em: 26/04/2014; <<http://www.umarizalnews.com.br/2014/03/mes-da-mulher-campanha-estimula.html>> acesso em 28/04/2014.



que surge com maior intensidade nas décadas de setenta e oitenta, foi orientada por metodologias tanto teóricas quanto empíricas realizadas por teólogas e por leigas ao redor do mundo, todas comprometidas com as lutas pela igualdade de direitos das mulheres.

Em “A violência contra as mulheres na vida cotidiana – Um estudo do Livro da Aliança a partir de Êxodo 20,22-23,19” (2004), Mercedes Brancher busca analisar os tipos de violência contra três categorias de mulheres (as escravas, as filhas que são violadas sexualmente e as feiticeiras), contidas no discurso das sentenças jurídicas do Livro da Aliança, mesmo não podendo afirmar que as prescrições ali contidas tinham força de leis, são normas jurídicas compostas para servir às autoridades clônicas na decisão de casos concretos da vida cotidiana. São uma literatura jurídica de caráter social e religioso daquela sociedade.

[...] a perspectiva assumida pelos compiladores no texto é androcêntrica e patriarcal. Os enunciados registram uma visão hierárquica onde a superioridade pertence ao sexo masculino. O *'adon* é senhor das escravas; o pai é proprietário das filhas e o marido (*ba'al*) é dono da mulher. As mulheres prescritas estão relacionadas com alguma forma de violência provinda do sexo masculino (Mercedes BRANCHER, 2004, p. 52).

A autora trabalha com o contexto histórico da criação do Livro da Aliança e a mulher neste cotidiano temporal fazendo um estudo comparativo entre o Livro e as leis mesoassíricas, que lhe são fruto de inspiração, e as leis babilônicas, percebendo os avanços e retrocessos do mesmo.

Ela irá demonstrar a violência contida no “Livro da Aliança” trazendo as citações e discorrendo sobre as mesmas, tratando das diversas formas de violências contra as três categorias de mulheres selecionadas. A violência é o instrumento de dominação que visa o controle social sobre as mulheres que são inferiorizadas para justificar esse controle.

Verifica-se que o sistema social patriarcal usa de diversos mecanismos para justificar a violência contra as mulheres. A pobreza justifica entre o senhor e as escravas domésticas. [...] O senhorio do homem garante o uso sexual das mulheres escravas, o controle da sua sexualidade e a posse de sua prole (Ex 21,4) [...] O senhorio garante castigar as escravas à revelia (Mercedes BRANCHER, 2004, p.196).



No que se refere às filhas, afirma:

O mecanismo para justificar a violência contra as filhas vendidas como escravas concubinas aos proprietários era o *status* social da família patriarcal. O casamento restringia-se aos que detinham a propriedade. Transformara-se numa instituição exclusiva das famílias de posse (Mercedes BRANCHER, 2004, p.196-197).

No caso das filhas que sofrem violência sexual, a sentença apresenta duas propostas: ou o violador paga ao pai para adquirir a filha como mulher ou paga o preço da noiva ao pai. Essa violência é entendida como invasão dos direitos legais e sociais do pai, que é o proprietário da filha.

Quando a sexualidade da filha é vista a partir do critério econômico, ela é coisificada. Aprofunda a concepção mercadológica das filhas. A violência contra a filha é interpretada como um dano ou um prejuízo causado ao pai. O discurso constrói uma visão reducionista dos direitos das mulheres sobre sua sexualidade (Mercedes BRANCHER, 2004, p. 124).

No que se refere às feiticeiras, a estudiosa assegura que as mesmas eram livres e autônomas e reconhecidas socialmente pelos seus talentos pessoais, bem como por suas habilidades, sendo o empecilho para a legitimação do poder masculino do santuário e a sua sentença é uma ordem de eliminação.

O poder da feiticeira não é institucionalizado. É um poder pessoal. Ela não está controlada por nenhuma instituição patriarcal. É nisto que está o desafio para o grupo do santuário. Como seu poder é pessoal, a desqualificação não está dirigida à feiticeira, mas às mulheres feiticeiras. Os homens feiticeiros não são condenados. O poder patriarcal costuma usar códigos e instituições para submeter e dominar as mulheres. Pode-se afirmar que o discurso da sentença perpetua a violência contra as mulheres. A violência está inserida e estruturada no próprio discurso. A violência tem nome, é sexista (Mercedes BRANCHER, 2004, p. 200).

Dessa maneira podemos perceber o discurso androcêntrico e sexista presente no “Livro da Aliança” e esse discurso justifica e naturaliza a violência contra as mulheres:



A maioria dos textos bíblicos vê a sexualidade feminina e sua capacidade reprodutiva como uma propriedade masculina. Primeiro, pertence ao pai; depois ao marido. Quando a sexualidade das mulheres é violada, a ofensa é vista como uma violação dos direitos do pai, do marido ou do irmão. A violência do estupro não é vista como uma violência contra a mulher. A ofensa está na violação dos direitos do homem. Quando o texto bíblico torna irrelevante a ofensa contra as mulheres violadas é sinal que, em seu discurso, está legitimando a violência contra as mesmas (Mercedes BRANCHER, 2004, p. 125).

Na tese “Rompendo as velhas mortalhas: a violência contra a mulher e sua relação com o imaginário androcêntrico de “Deus” na Igreja Metodista do Chile”, Martinez (2004) busca, utilizando o método da teologia feminista, realizar uma análise da violência contra a mulher mostrando a relação entre esse fenômeno e a imagem androcêntrica de Deus no intuito de contribuir para a reflexão teológico-pastoral a partir da perspectiva das mulheres, objetivando a superação dessa forma de violência. Entendendo que

É importante identificar trazer à luz o que permanece oculto atrás dos saberes teológicos e sua vinculação com o poder e as práticas sociais como, por exemplo, a legitimação da violência a partir da hegemonia androcêntrica, amparada pela figura masculina de “Deus”, assim como a legitimação do sacrifício e do sofrimento a partir do sacrifício de Jesus, entre outros conceitos teológicos (Raquel MARTINEZ, 2004, p. 19).

Partindo da perspectiva de um Deus masculino e as consequências da construção genérica da divindade cristã, a pesquisadora afirma:

essa ideologia afeta não apenas as mulheres, mas também os homens que parecem identificar-se também com a figura desse “Deus” masculino. Segundo nossa perspectiva e análise, presumimos que essa mensagem sustenta, legitima, perpetua e alimenta a ordem estrutural androcêntrica da sociedade, abrangendo os níveis macro e micro sistêmico nos quais se produzem e reproduzem a violência contra a mulher (Raquel MARTINEZ, 2004, p. 17).



Esse trabalho demonstra a importância de levantar essa questão que permanece submersa em saberes teológicos e vinculada ao poder e às práticas sociais. Martinez afirma haver uma relação interdependente entre esse sistema simbólico religioso e as disposições e motivações que ele estabelece:

O tema do poder, da dominação e do controle deveria ser o eixo que direciona as pesquisas concernentes à violência, a começar pelo contexto do poder hierárquico e hegemônico que domina e controla a vida das mulheres, impondo um modelo de homem e uma conduta masculina que a religião e a teologia androcêntrica institucionalizaram as igrejas (Raquel MARTINEZ, 2004, p. 21).

A estudiosa propõe como possível solução para o enfrentamento desta questão a superação do imaginário androcêntrico de Deus, valorizando outras imagens da criação, podendo haver um reordenamento sistêmico da sociedade.

[...] estar dispostas a modificar e a modificar-se, a desprender-se das sutilezas do domínio, enfrentar-se, sem medo e com capacidade, com as idéias estabelecidas e sagradas, colocá-las em questionamentos, sair dos lugares comuns e do “bonismo” e tudo isto tecido e atuado desde o íntimo, o privado e o público; ou seja, na relação comigo-mesma, nas nossas relações interpessoais e nas relações com a sociedade. E essas são as avançadas do imaginário (Raquel MARTINEZ, 2004, p. 177).

Segundo José Rômulo de Magalhães Filho (2005, p. 58) – em sua pesquisa realizada com dezenove casais protestantes, em um bairro periférico da cidade de Salvador – “A mulher protestante traz consigo um misto de medo e moralidade. Medo de ser confundida como mulher mundana, pecadora, que despreza a família se preocupando mais consigo mesma que com a família”. Ao abordar o resultado de sua pesquisa com relação ao trabalho feminino de mulheres protestantes fora de casa, em que 58% das mulheres não trabalham fora, o autor assinala que: “O medo de se envolver fora do casamento, no ambiente de trabalho, o medo de ser tratada como mãe relapsa, mulher descuidada, faz com que muitas mulheres acatem a posição de donas-de-casa,



não buscando sua realização enquanto mulheres trabalhadoras” (José Rômulo MAGALHÃES FILHO, 2005, p. 59).

Com relação à opinião dos homens, sobre a imagem que os mesmos têm das suas esposas o autor conclui que:

Há ainda entre os homens pesquisados uma construção mítica da mulher. Construção essa pautada nas interpretações clássicas do cristianismo. A mulher é idealizada como companheira, auxiliadora, mãe de seus filhos, alguém que deve estar sempre pronta para servi-lhe como marido, chefe de família (José Rômulo de MAGALHÃES FILHO, 2005, p. 62).

Assegura que “a mulher protestante continua submissa, doméstica e sonhadora” (José Rômulo MAGALHÃES FILHO, 2005, p. 66). E mais adiante, na mesma página, com relação aos homens pesquisados, o estudioso conclui que:

o homem protestante é fruto de uma construção histórico-social, que buscando embasamento na teologia evangélica de base fundamentalista, tenta justificar o seu papel de chefe do núcleo familiar, o que inclui a mulher, dito neste contexto sociocultural como sexo frágil (José Rômulo de MAGALHÃES FILHO, 2005, p. 66).

Luís Carlos Gondim (2008), em sua dissertação de mestrado intitulada “Representações de gênero em casais e documentos da Igreja Adventista do Sétimo Dia”, faz uma análise dos periódicos editados pela igreja no período de 2000 a 2008 e realiza entrevista com 12 casais em Cachoeira/Ba. Gondim (2008) ressalta que, apesar do aporte documental sobre conjugalidade, a desigualdade entre os gêneros não é suficientemente explorada, com exceção da temática da violência contra a mulher acerca da qual, segundo ele, ainda são realizadas constantes campanhas em sermões, seminários, congressos, campanhas públicas e nos sites institucionais: <[www.adventista.edu.br](http://www.adventista.edu.br)>, <[www.uneb.org.br](http://www.uneb.org.br)>, <[www.jesusvoltara.com.br](http://www.jesusvoltara.com.br)>, dentre outros.

Este autor transcreve um material produzido no intuito de orientar as esposas dos pastores e, por ser relevante para a nossa discussão também será transcrito aqui, iniciando pelos Dez Mandamentos da Esposa de Ministros:



1. Não terás outros interesses mais importantes para ti que os do teu marido; 2. Não farás para ti igrejas detestadas; 3. Não tomarás o nome do teu marido em vão; 4. Lembra-te de não revelar os problemas da família aos outros; 5. Honra teu marido, ocupando teu lugar, para que os dias do seu ministério sejam longos; 6. Não serás mexeriqueira; 7. Não serás um fardo para os outros; 8. Não cultivarás gastos além das rendas do teu esposo; 9. Não te apresentarás em desalinho; 10. Não cobiçarás a casa, móveis, carro, vestido, ou qualquer coisa da tua irmã ou esposa de outro ministro (Luís Carlos GONDIM, 2008, p.85).

Deste material, ele cita um poema:

Quando te vejo, natural./ Sorrindo varrer a casa ou preparar a mesa;/ Calma, na graça do teu porte lindo,/Como o porte ideal de uma princesa;/Quando te vejo,/Os passos dirigindo à nossa igreja,/A qual te julgo presa,/E ali orar com teu fervor infindo;/E a chama da fé mantendo acesa/Quando te vejo cuidar da roupa.../Na cozinha, os pratos preparando;/Aquele doce... Aquela cheirosa sopa.../Então doce mulher, eu te bendigo e,/Sozinho em minha alma vou pensando;/Feliz do homem que casar contigo! (Luís Carlos GONDIM, 2008, p.85-86).

Gondim conclui que, entre os adventistas, há uma modelação maior com relação ao comportamento feminino e aos atributos adequados para ser uma boa esposa do que em relação ao masculino. No que se refere ao trabalho, afirma parecer haver, entre os casais adventistas, “um acordo de *sacrifício* quando do nascimento dos filhos no sentido de abrir mão de um trabalho assalariado ou fixo para dedicar maiores cuidados à educação da criança” (Luís Carlos GONDIM, 2008, p. 96). O autor coloca que em alguns casais são as mulheres que assumem esse cuidado e em outros, os homens; porém, nas citações que traz como exemplo não houve nenhum caso do homem ter abandonado o trabalho para assumir a educação dos filhos. E conclui que

a assimetria entre marido e mulher não é um assunto abordado freqüentemente entre os adventistas. Em lugar disso, percebo um incômodo silêncio. A igreja como guardiã da fé e dos ideais divinos de relacionamento dos casais poderia discutir, com mais ênfase, a questão da desigualdade de gêneros (Luís Carlos GONDIM, 2008, p.124).



Na dissertação de Rita de Cássia Almeida (2008), a “Discriminação feminina e a influência do ethos cristão no desenvolvimento da doutrina da proteção e da legislação correspondente – Um enfoque sócio-jurídico-religioso sobre a identidade da mulher”, ela foca na influência da religião no direito contemporâneo e no tratamento inovador que Jesus Cristo dirigia às mulheres. “Ele não as via como meras expectadoras do cenário histórico traçado pelos homens, mas como protagonistas junto com eles da evolução das relações sociais” (Rita de Cássia ALMEIDA, 2008, p. 5). A autora afirma que

A influência do ethos religioso cristão no grupo social foi de tal monta que influenciou o direito contemporâneo, redundando em fortes modificações nas legislações para extinção da discriminação da mulher e criar normas protetivas contra a violência doméstica. Tais normas não visam criar uma desigualdade entre homens e mulheres, fazendo delas seres privilegiados dentro da sociedade, mas visam especificamente coibir os abusos praticados pelo homem contra a mulher pela questão de gênero (Rita de Cássia ALMEIDA, 2008, p.5).

A autora desenvolve seu trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo: Uma história de conquista – A mulher no contexto sociocultural - ela traça uma perspectiva histórica da discriminação sofrida pelas mulheres. No capítulo dois: A influência do *ethos* cristão protestante – A mulher no contexto protestante - traz o puritanismo (segmento protestante surgido na Inglaterra no século XVI) como um avanço no que se refere às mulheres, assegurando que para os puritanos

O casamento não tinha sido consequência da Queda, como queriam fazer crer os religiosos até então, mas principalmente algo que foi ordenado no paraíso. Foram, portanto, os Puritanos que resgataram o sentido real do sexo e do casamento como propósito divino. [...] Os Puritanos sempre defendem o sexo no casamento como uma atitude saudável (Rita de Cássia ALMEIDA, 2008, p.32).

No mesmo capítulo temos o subtítulo: Atitudes em relação à mulher, segundo o qual,

Considerando-se a atitude favorável ao casamento e ao relacionamento conjugal sustentado pelos puritanos, conseqüentemente a



---

posição da mulher se alterou, passando a ser valorizada (Rita de Cássia ALMEIDA, 2008, p. 37).

E mais adiante afirma:

A doutrina Puritana foi um marco na história cultural do Ocidente, porquanto desvalorizaram o celibato, enaltecem o casamento, incluindo o sexo e o amor romântico entre os cônjuges, o que culminou no respeito ao papel da mulher (Rita de Cássia ALMEIDA, 2008, p. 38).

Essa afirmação deixa claro que a avanço da mulher a que ela se refere é dentro da instituição familiar, na esfera privada, enquanto esposa. Não podemos deixar de reconhecer que as mulheres, na religião protestante, têm possibilidade de assumir cargos dentro da hierarquia institucional, podendo atuar como pastoras, bispas, liderando igrejas e celebrando cultos, diferentemente do que acontece na religião católica.

Contudo, na esfera religiosa avanços também são observados. Há um número crescente de mulheres nos seminários teológicos, bem como nas faculdades de teologia. Mais ordenações femininas em diversas instituições religiosas, e embora sejam ainda as que menos exercem cargos de liderança. Mas não deixam de ser alguns avanços que o contexto da modernidade vem nos permitindo (Valéria VILHENA, 2009, p. 84).

A respeito desta questão não podemos deixar de concordar com Vilhena (2009) ao sustentar que

[...] a Reforma intensificou as tendências ascéticas evidentes na Igreja Católica [...] os pensadores protestantes encaravam a autoridade dos maridos sobre as mulheres como sagrada, porque os antigos gregos e os pais da igreja definiam a natureza da mulher por seu papel de reprodução. Em sua carta a três freiras Lutero assim define a função das mulheres: 'uma mulher não tem completo domínio sobre si mesma. Deus criou seu corpo de modo a ela estar com o homem e gerar e criar filhos (SCHOTT, 1996, p.103-104 *apud* Valéria VILHENA, 2009, p. 81).

Assim, percebemos que não houve na religião protestante uma divergência na construção da imagem feminina que imperava na religião cristã até então.



Nessa perspectiva misógina do pensamento protestante, especificamente Lutero, argumentará: “As meninas começam a falar e ficam em pé mais cedo que os meninos porque as ervas daninhas sempre crescem mais rápido” (Bicalho, 2000:38). Para ele, ser mãe, era o único aspecto redentor da pecaminosidade das mulheres (Valéria VILHENA, 2009, p. 81).

No que se refere ao senhorio do marido sobre a esposa, Rita de Cássia Almeida (2008) sustenta que

O senhorio do marido identifica-se com o do Senhor Jesus sobre a Igreja, mas não se configura como um modo de privilégio do marido sobre a mulher e sim um encargo, uma responsabilidade. John Robinson concluiu que as duas coisas mais exigidas do marido são amor e sabedoria. O amor do marido para com a esposa deve ser o mesmo que Cristo tem com a Igreja em quantidade e qualidade. [...] Para eles hierarquia era uma questão de função e não de valor (Rita de Cássia ALMEIDA, 2008, p. 41).

Tal afirmação corrobora com o fato de que se mantém uma hierarquia, porém, a mesma não seria uma questão de valor, mas, sim, de função.

No capítulo seguinte trata dos direitos fundamentais na perspectiva de uma nova modalidade de parâmetro e constitucionalidade historicizando os direitos fundamentais, e no último capítulo: os direitos fundamentais da mulher na perspectiva de uma nova modalidade de doutrina protetiva no Brasil, a partir da Lei Maria da Penha Lei nº - 11.340/06. A autora relata a história de Maria da Penha e descreve a lei. Rita de Cássia Almeida (2008) conclui que

Aqui, portanto, podemos concluir que não basta uma boa legislação protetiva, mas principalmente um *ethos* religioso que contenha ética suficientemente eficaz para transformar o ideal de um grupo social, que passe a buscar efetivamente a igualdade e respeito para a sobrevivência da espécie. Isto o Cristianismo fez em relação à mulher, dando um novo enfoque ao tratamento despendido a ela pelo grupo (Rita de Cássia ALMEIDA, 2008, p. 91).

O argumento de uma postura inovadora de Jesus no que se refere ao tratamento às mulheres encontra-se presente também no trabalho



de Gelci Maria Unser (2009), intitulado: “Mulher: de vítima a discípula de Jesus”, sobre a passagem de uma condição de violência de gênero para a condição de discípula e missionária cristã. Ela fala sobre a violência contra a mulher, e no item histórico da violência faz uma retrospectiva de como a imagem da mulher é criada negativamente inclusive pela religião; o estudo trabalha com dados estatísticos da violência no Brasil e no mundo.

O capítulo 2: A proposta cristã: de vítima a discípula missionária, apresenta algumas possíveis alternativas da proposta cristã para resolver a problemática da questão da violência contra a mulher trazida no primeiro capítulo. Assim, inicia situando a mulher em Israel, depois trata das mulheres que seguiram Jesus e por fim fala das mulheres líderes de comunidades cristãs, seguindo a mesma linha de argumentação que afirma ser o movimento de Jesus um movimento no qual as mulheres também eram acolhidas. E demonstra seu argumento citando as mulheres no Evangelho de Marcos, de Mateus, de Lucas, de João e de Paulo. Fala sobre Maria Madalena, sobre a mulher samaritana e sua importância para o cristianismo, realizando assim uma leitura feminista desses trechos da Bíblia.

No capítulo 3 Gelci Unser (2009) trabalha a forma como a mulher é vista na Igreja e para tanto utiliza o documento Pontifício *Mulieris Dignitatem* (MD), que trata da questão da dignidade e da vocação da mulher, bem como os documentos latino-americanos: Documento de Puebla (DP) e Documento de Aparecida (DA). Por último aborda a mulher na igreja.

Afirma que “Os primeiros evangelhos nos mostram que Jesus não respeitava a família patriarcal e as reivindicações desta, pelo contrário, ele chegou a substituí-la pela nova comunidade dos discípulos” (Gelci Maria UNSER, 2009, p. 99). E posteriormente considera que

O cristianismo, em toda a sua história, sempre viveu mergulhado no patriarcalismo cultural e eclesial e por isso as mulheres nunca puderam desempenhar seu papel significativo na teologia cristã. Mesmo hoje em dia quando as mulheres escolhem ser teólogas não encontram muito espaço ou são relegadas à condição de colegas juniores (Gelci Maria UNSER, 2009, p. 102).



Tal afirmação deixa clara a divergência entre a proposta de Jesus e a do cristianismo com relação à mulher. Mas acredita que “a vivência da fé cristã é caminho de libertação para a mulher, pois, ela abre possibilidades para a conscientização, resistência, mudança nas relações sociais e integração da sociedade” (Gelci Maria UNSER, 2009, p. 116).

Miraildes Santos (2010) sustenta ser uma das grandes contribuições do cristianismo a elevação do papel da mulher, pois no cristianismo as mulheres cristãs podiam gozar de melhores privilégios que no judaísmo e argumenta exemplificando a presença das mulheres que profetizam no Antigo Testamento, no Novo Testamento e as mulheres importantes no período da monarquia que são citadas no texto bíblico. No entanto, a sua dissertação discute a violência religiosa (violência ética, moral e psicológica) que as mulheres sofrem silenciosamente no âmbito da igreja por conta da desigualdade entre homens e mulheres; são feridas na sua dignidade por terem seu direito de expressão retirado, impossibilitando-as de compartilhar do ministério. O trabalho de Miraildes Santos se divide em três capítulos. No capítulo 1 ela traz numa perspectiva histórica os conceitos de gênero, violência de gênero e feminismo. Ao falar sobre violência de gênero, ela afirma:

Muitas vezes, a mulher busca a ajuda de seus líderes religiosos, e a resposta, muitas vezes, recebida é que ela não deve denunciar apenas orar, rezar, etc.; toda essa situação vai passar; a família não pode ser destruída; essa atitude pode desagradar a Deus. E a partir daí vem aquela linda frase que não passa de utopia: “pois aquilo que Deus uniu ninguém separa”. Essa frase eu já ouvir muitas vezes e hoje como Pastora lembro sempre as mulheres que elas devem procurar se ajuda e denunciar sim! (Miraildes SANTOS, 2010, p. 12).

Caracteriza a violência religiosa:

- Considerar as mulheres como inferiores e justificar usando a Bíblia ou tradição religiosa;
- Culpar as mulheres pelo mal e pela morte ou a causa do pecado;
- Usar as cerimônias matrimoniais para afirmar a supremacia masculina e a submissão das mulheres;
- Não permitir às mulheres a participação plena e ativa da vida religiosa e desqualificá-las em sua atuação religiosa e vivência de fé;



- Fazer uso de textos bíblicos específicos para desqualificar ou impedir a participação religiosa plena, negando às mulheres a potencialidade de participação no discipulado;
- Fazer uso de linguagem discriminatória, em que as mulheres não estão incluídas;
- Estabelecer normas éticas e morais que limitam a vida das mulheres, estabelecendo critérios de conduta diferenciados para homens e mulheres;
- Ser discriminada por estar divorciada, ou por ser mãe sem ser casada;
- Ser induzida a silenciar sobre a situação de violência e não receber acompanhamento pastoral adequado em situações de violência (Miraildes SANTOS, 2010, p. 14).

No segundo capítulo aborda a questão da mulher dentro das representações sociais e da religião a partir da simbologia:

A religião cria molduras de discursos para a violência de gênero. Porém, há uma ação contraditória a respeito dessa visão religiosa quando a mulher é vitimada pela violência e busca refúgio, alimento e esperança para o coração destruído e amargurado. A mulher que é vítima passa a ser agressora e ainda se sente culpada pelas situações negativas vivenciadas, independente do tipo de violência que ela tenha sofrido. [...] a palavra de Deus, segundo a Bíblia, diz que a mulher tem que ser sábia para manter sua família feliz, independente do sacrifício que ela terá de fazer (Miraildes SANTOS, 2010, p. 23-24).

No capítulo 3 ressalta a importância da legitimação da mulher e seu reconhecimento dentro da sociedade e da comunidade eclesial:

A ordenação das mulheres no ministério pastoral ainda não tomou uma proporção maior devido ao machismo de muitos líderes, que se sentem ameaçados pela desenvoltura e pelo carisma que a mulher tem. Essas atitudes mesquinhas não impediram as mulheres de fazerem cumprir seu chamado vocacional (Miraildes SANTOS, 2010, p. 44).

Gelci Maria Unser (2009) corrobora com esse argumento da atitude diferenciada de Jesus com relação às mulheres. No entanto, Simone Guimarães (2011), ao estudar Efésios 5.21-33 como modelo do discurso de gênero, justifica a escolha do mesmo:



Optou-se por Efésios 5.21-33 (que trata da admoestação ao comportamento das mulheres) como objeto desta pesquisa, porque julgamos que nesse discurso pode haver exercício de poder para controlar as mulheres na comunidade cristã. As nos ocuparmos com a contextualização, encontramos neste período o poder patriarcal oriundo da tradição popular grego-romana, galvanizada por certos princípios provenientes do judaísmo, os quais podem ter sido transpostos para a comunidade cristã no intuito de controlar as mulheres que lideravam essa comunidade (Simone GUIMARÃES, 2011, p. 11).

A epístola aos efésios é uma carta circular dirigida a várias comunidades cristãs da Ásia Menor que aborda questões típicas das comunidades cristãs em torno do ano 90 d.C., ou seja, data de um período posterior à morte dos apóstolos. Os versículos 5. 21-6. 9 regulamentam os comportamentos familiares entre esposas e maridos, filhos e pais, escravos e senhores. Guimarães (2011) constata que o discurso presente na epístola pode ter sido usado para argumentar, defender e legitimar duas relações de poder: a hierarquia das relações eclesiais e familiares. Simone Guimarães ressalta que o movimento cristão tornou os códigos de deveres domésticos como tópicos éticos, de acordo com Ströher (1998) por:

1. Os códigos domésticos mostram a ligação da experiência da fé como cotidiano. Os cristãos da segunda e terceira geração não adotam a posição de sair do mundo, mas adotam regras e instruções já conhecidas e praticadas pela filosofia greco-romana.
2. Os códigos domésticos podem ter surgido no contexto da aculturação na sociedade romana como defesa contra a perseguição e a calúnia da sociedade e do Estado romano. Essa aculturação significa não somente submissão ao *pater familias*, mas também ao Estado romano.
3. As comunidades cristãs se integraram à realidade que as envolvia na época. Não havia conflito com a sociedade greco-romana, mas sim integração. Se a sociedade greco-romana era composta por uma hierarquização entre camadas sociais, o cristianismo da época – que crescia substancialmente e enfrentava problema de ordem social – precisou se integrar a este modelo para manter-se em harmonia, resolvendo, portanto, os problemas práticos das comunidades, como as desigualdades sociais presentes na comunidade. Por isso, a subordinação era a aceitação



de um “patriarcado com amor” em Cristo (Simone GUIMARÃES, 2011, p. 27-28).

As produções de Raquel Martinez (2004) e Simone Guimarães (2011) trabalham com o conceito de poder Kyriarcal de Elizabeth Fiorenza (1996) para definir as relações de poder da sociedade greco-romana, contexto histórico e cultural que está diretamente relacionado com a escrita do texto bíblico do Novo Testamento. O Poder Kyriarcal é o governo do senhor, que está além do governo do pai (patriarcado), pois abrange não apenas a família como também a sociedade.

A melhor maneira de conceber o Kyriarcado é como um sistema piramidal complexo de estruturas sociais interseccionais e multiplicativas de sobreordenação (dominação) e subordinação, de domínio e opressão. As relações kyriarcas de dominação são construídas sobre o direito de propriedade dos homens da elite, e sobre a exploração, dependência, inferioridade e obediência das mulheres (Elizabeth FIORENZA, 2009, p. 137).

O fato é que apesar da postura diferenciada de Jesus para com as mulheres, naquela época, essa postura de igualdade não se perpetua nos textos bíblicos, nem no *ethos* cristão, como propôs Rita de Cássia Almeida (2008):

Uma vez adaptados ao sistema patriarcal da sociedade, os códigos domésticos possibilitaram grupos ortodoxos cristãos a manterem o poder de dominação na comunidade cristã, até mesmo para ir de encontro aos grupos heréticos (montanistas e gnósticos). Por isso, entende-se que a adaptação ao patriarcalismo foi uma opção dos grupos cristãos da época. Essa interpretação propõe que o movimento cristão primitivo somente sobreviveria historicamente institucionalizando-se de forma patriarcal (Simone GUIMARÃES, 2011, p. 28).

A autora conclui acreditar que o imaginário bíblico e religioso antifeminino foi um propulsor nos discursos sexistas, nos quais se justificam as desigualdades de papéis sociais entre homens e mulheres. A pesquisadora acredita ainda que este fato se mantém na atualidade e que se reflete nos comportamentos agressivos da sociedade, sobretu-



do no ambiente doméstico onde a mulher permanece sendo vítima de violência de gênero.

Valéria Vilhena (2009), em sua dissertação “Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia”, que deu origem ao livro “Uma Igreja sem voz – análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas” (2011), analisa o fenômeno da violência doméstica entre mulheres evangélicas a partir de uma perspectiva sociológica, identificando como as representações de gênero estruturam a vida das vítimas. A pesquisa procura compreender como a religião evangélica trata a violência doméstica contra as mulheres:

[...] solicitando o silêncio, a submissão, a espera do cumprimento das promessas de Deus em suas vidas: a ‘libertação’ de seus maridos, companheiros. Uma troca: o silêncio pela promessa de uma família feliz. Invocação de representações sociais para justificarem ou ocultarem práticas violentas contra as mulheres, mas em nome de Deus (Valéria VILHENA, 2009, p. 9).

O lócus da pesquisa é o Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia, uma ONG fundada em 31 de agosto de 1988, que compõe a estrutura da Sociedade Santos Mártires, que congrega vinte e duas ONGs. É presidida pelo padre Jaime Crowe, ou seja, de origem católica, possui parceria com a prefeitura de São Paulo e está situada no Distrito Jardim Ângela, zona Sul, onde predominam famílias de baixa renda. As mulheres evangélicas foram escolhidas neste contexto após a identificação de um número significativo de atendimentos.

O limite dessas mulheres para procurarem ajuda na Casa Sofia chega juntamente com a doença. Normalmente ao darem entrada nos Hospitais e UBSs da região, são encaminhadas para a Casa Sofia. Por vezes vêm também encaminhadas pelo Hospital psiquiátrico da região, e raramente vêm encaminhadas por delegacias (Valéria VILHENA, 2009, p. 16).

A citação demonstra que, ao menos na Casa Sofia, a maioria das mulheres ali atendidas não procura as delegacias para prestar a queixa



contra seus maridos ou companheiros, mas vem encaminhada pelo sistema de saúde, por conta do adoecimento gerado pelo sofrimento da violência.

A autora cita que uma das assistentes sociais da ONG afirma ser mais difícil trabalhar com as mulheres evangélicas, pois as mesmas resistiam mais ao tratamento por serem orientadas por seus pastores a resolverem seus problemas no lar com paciência, perdão e por meio de orações e ‘campanhas espirituais’ no intuito de assegurarem seus casamentos no limite máximo da tolerância:

E a religião, de forma ambígua, desvela-nos um sistema de sentidos em meio ao caos experimentado por essas mulheres em suas próprias casas. Ao mesmo tempo em que percebemos a igreja para essas mulheres como uma comunidade de apoio, de sentido de vida, de significados que as consolam, percebemos a desculpa ao agressor, afirmando ser o mesmo vítima, presa fácil do demônio (Valéria VILHENA, 2009, p. 17).

Essa situação reproduz assim um sistema organizacional que as oprime, que provoca uma violência sobreposta a essas mulheres, que além de sofrerem a agressão em seus lares são induzidas ao silenciamento e à manutenção da relação – no entanto sem questioná-la.

Outro trabalho que também aborda o silenciamento da violência é o de Elisângela Silva (2009): “O silenciamento da violência conjugal contra a mulher: um estudo de caso na cidade de Cachoeira, Bahia”. A autora parte do conceito de violência e logo em seguida trata do conceito de silenciamento a partir de Boaventura Sousa Santos, no intuito de responder à pergunta de pesquisa: Por que a sociedade cachoeirana silencia ante a violência conjugal contra a mulher, fundamentada nas hipóteses:

- a) a violência contra a mulher em Cachoeira existe;
- b) a violência contra a mulher em Cachoeira é silenciada.

Nesse intuito, Silva (2009) aplicou questionários de entrevistas a diversos segmentos da população, dentre eles: representantes da instituição escolar (alunos e professores), da sociedade civil (feirantes e comerciantes), da saúde (médicos), do poder religioso (católico: freiras



e padre e candomblé: mãe de santo), representantes do poder político (vice-prefeito, secretária da assistência social e secretário de educação), à polícia civil e militar. Além de trabalhar com relatos retidos na memória da cidade, há registros nos autos e um estudo de caso.

Como estamos trabalhando com religiões de base judaico-cristã, nos restringiremos à religião católica trabalhada por Silva. Tanto o padre como as freiras conceituaram a violência como:

Acho violência um ato desumano, apesar de ter presenciado violência psicológica e moral. Sempre oriento as pessoas interessadas a fazer a denúncia junto aos órgãos competentes. Com referência à lei Maria da Penha, nunca ouvi falar (PADRE, 2009, *apud* Elisângela SILVA, 2009, p. 101).

O relato do padre demonstra seu desconhecimento à lei que protege as mulheres em situação de violência – uma lei datada de 2006. Das cinco freiras, duas conceituaram como agressividade, uma como covardia, uma como fraqueza de espírito e uma como crime. Duas delas afirmaram já terem presenciado ou socorrido mulher em situação de violência conjugal; no item denúncia, presente no questionário, nenhuma a fez.

Para algumas pessoas, como a confissão é considerada sagrada pela Igreja e deve permanecer em segredo, isso traz a segurança para revelar segredos. Então o segredo revelado torna-se novamente segredo velado e o ciclo do silenciamento e da violência continuam (Elisângela SILVA, 2009, p. 101).

Essa afirmação demonstra que buscar ajuda religiosa pela via da confissão não interrompe o silenciamento, ao contrário, o perpetua com base no sigilo da confissão. Dessa forma, a instituição religiosa, assim como os outros setores da sociedade de Cachoeira, silencia a violência:

Em Cachoeira, a construção cultural da ausência de medidas sócio-educativas e a falta de estrutura coercitiva especializada contribuem para que as mulheres não conheçam o fenômeno, e, portanto, não o identifiquem como realidade. Outros fatores também contribuem para a construção de uma (in)consciência de dominadas, seja através



da educação machista dada pelas próprias mulheres, seja pelo relacionamentos co-dependentes, seja pela permissividade atribuída às próprias mulheres, pela lealdade invisível. O fato é que emerge uma mulher que silencia diante da violência sofrida. [...] Ela (a violência) tem a cumplicidade dos envolvidos, sendo mantida como segredo para preservar a unidade familiar (Elisângela SILVA, 2009, p. 117).

Dos trabalhos elencados aqui, dois abrangem as religiões judaico-cristãs: Mercedes Brancher (2004) e Simone Guimarães (2011); 5 trabalhos com religiões protestantes: Raquel Martinez (2004), José Rômulo de Magalhães Filho (2005), Rita de Cássia Almeida (2008), Luís Carlos Gondim (2008) e Valéria Vilhena (2009), e 3 com a religião católica: Elisângela Silva (2009), Gelci Maria Unser (2009) e Miraildes Santos (2010). Essas considerações demonstram que, assim como nas publicações trabalhadas nos referenciais teóricos deste capítulo, o levantamento do estado da arte apresenta um maior número de trabalhos que se referem à religião protestante. Consideramos que este fato corrobora com a afirmativa de Max Weber (2006):

a Reforma não implicou a eliminação do controle da Igreja sobre a vida cotidiana, mas à sua substituição por uma nova forma de controle. Significou de fato o repúdio de um controle que na época era muito tênue e praticamente imperceptível, pouco mais que formal, em favor de uma regulamentação da conduta como um todo que, penetrando em todos os setores da vida pública e privada era infinitamente mais opressiva e severamente mais imposta (Max WEBER, 2006, p. 40).

Apesar de percebermos um avanço no que se refere à discussão do fenômeno e ao discurso institucional de que o caminho do enfrentamento da violência de gênero é a denúncia, nos relatos das mulheres presentes nos trabalhos supracitados não encontramos nenhum depoimento de que a conduta dos líderes religiosos seja condizente com este discurso em nenhuma das religiões abordadas.

As mulheres religiosas encontram na igreja um alívio para sua dor e para o tormento que vivem em seu cotidiano, nos seus lares, como se pode perceber na fala de Noemi, entrevistada por Valéria Vilhena (2009):  
Sabe 'Fia' você não entende, mas a Palavra vem sempre de encontro



com o que eu preciso ouvir. Não daria para suportar minha vida se eu não fosse para igreja [...] A igreja me dá paz, paciência, volto, levo conversa com as irmãs, alivia – os hinos (fica pensativa, suspira) a gente volta maneirim (sic) parece que quer voar (Noemi *apud* Valéria VILHENA, 2009, p. 87-88).

Porém, esse alívio soa-nos como paradoxal, tendo em vista que, a partir do levantamento do estado da arte, conclui-se que as mesmas são direcionadas ao silenciamento e à manutenção da relação violenta como demonstração de fé, de que tudo vai mudar a partir da ação de Deus em suas vidas, perpetuando, desta maneira, os papéis hierárquicos de gênero e a preservação conjugal-familiar, contrapondo-se, inclusive, às ações do Estado brasileiro e refletindo no cotidiano o alto índice de violências e violações de gênero. “O fenômeno da violência contra a mulher é antigo e foi ocultado e invisibilizado por muito tempo. Em diversos casos a violência é silenciosa; em outros, ela é invisível ou invisibilizada” (Vanessa CAVALCANTI; Gina GOMES, 2013, p.356).

Eu me sinto uma guerreira, eu creio que minha luta é grande e minha vitória vai ser maior. Está na mão de Deus pra ver o que Ele vai fazer, se ele vai parar de beber, se ele vai morrer... Só Jesus na minha vida (Ana *apud* Valéria VILHENA, 2009, p. 87).

Percebe-se que, como podemos identificar na maioria dos trabalhos supracitados, a religião judaico-cristã, enquanto mantenedora de ideias patriarcais e do *status quo* familiar, que produz e reproduz violências de gênero, não apenas permite o aparecimento dessas situações como induz mulheres adeptas ao silenciamento em nome da fé e pela indissolubilidade do matrimônio.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita de Cássia Das Moreira de. **Discriminação feminina e a influência do ethos cristão no desenvolvimento da doutrina da proteção e da legislação correspondente.** 2008, Dissertação. Mestrado em Ciências da Religião – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; SILVA, Thálita Cavalcante Menezes. Os Sistemas de representação Judaico-cristã e o endereçamento de posições-de-sujeito feministas. **Mandrágora**, Ano XIV, nº 14, 2008, São Bernardo do Campo, SP: Metodista.



ÁNGEL NÚÑEZ, Miguel. **Amores que matam: o drama da violência contra a mulher.** Trad. Dóris A. de Matos. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2005.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, Pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno.** São Paulo: Vozes, 2004.

BRANCHER, Mercedes. **A violência contra as Mulheres na vida cotidiana.** Um estudo do Livro da Aliança a partir de Êxodo 20,22-23,19. 2004, Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2004.

BUARQUE, Cristina. A culpa como matéria de desconstrução do feminismo. **Mandrágora**, Ano 4 nº 4, 1997. São Bernardo do Campo, SP: Metodista.

CARROLL, Aileen Silva; ANDRADE, Sérgio. **Até Quando? O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo.** Viçosa, MG: Ultimato, 2010.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; GOMES, Gina Emília Barbosa. Violência Familiar e doméstica em foco interdisciplinar: possibilidades contemporâneas e grandes enfrentamentos. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de campos (Org.). **Psicologia, Família e Direito: interfaces e conexões.** Curitiba: Juruá, 2013.

FIORENZA, Elisabeth Schüssler. Caminhos da Sabedoria: uma introdução à Interpretação Bíblica Feminista. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia feminista do mal.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GONDIM, Luís Carlos. **Representações de gênero em casais e documentos da Igreja Adventista do Sétimo Dia.** 2008, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família no Sociedade Contemporânea - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2008.

GUIMARÃES, Simone Furquim. **Carta aos Efésios 5.21-33 como modelo de discurso de gênero.** 2011, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teologia - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LOPES, Mercedes. Gênero e Discurso Religioso. **RELEGENS THRÉSKEIA Estudo e Pesquisa em Religião**, UFPR, v.02, n. 02, pp. 60-70, 2013.

LÓPEZ, Maricel Mena. Teología, espiritualidad y reivindicaciones de género: hacia la recuperación de la dimensión antropológica de la espiritualidad. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1, p.68-86, jan-jun, 2013.



MAGALHÃES FILHO, José Rômulo de. **Matrimônio Protestante:** Uma reflexão a partir da antropologia filosófica. 2005, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2005.

MARCOS, Sylvia. Religião y genero: contribuciones a su estudio en América Latina. Introducción al volumen religión y género. **Estudos de Religião**, São Paulo, Ano XXI, n. 32, 34-59, jan/jun 2007.

MARTINEZ, Raquel Carmen Riquelme. **Rompendo as velhas mortalhas:** a violência contra a mulher e sua relação com o imaginário androcêntrico de “Deus” na Igreja Metodista do Chile. 2004, Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2004.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e terra, 1998.

SANTOS, Miraildes Belmont do Sacramento. **Contribuição do discurso religioso na legitimação da violência contra as mulheres.** 2010, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teologia - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2010.

SILVA, Elisângela Conceição Pereira da. **O silenciamento da violência conjugal contra a mulher: um estudo de caso na cidade de Cachoeira, Bahia.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2009.

SOUZA, Ezequiel de. Masculinidade e Religião: um olhar Teológico. **Anais eletrônicos Fazendo Gênero** 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.

STRÖHER, Marga J. **Casa Igualitária e Casa Patriarcal: espaços e perspectivas diferentes de vivência cristã:** o caminho da patriarcalização da igreja no primeiro século do cristianismo. 1998, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teologia - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 1998.

UNSER, Gelci Maria. **Mulher: de vítima a discípula de Jesus.** Passagem de uma condição de violência de gênero para a condição de discípula e missionária cristã. 2009, Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Teologia - Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2009.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. Foucault pensando a religião. **Revista virtual de Humanidades**, v. 5, n. 10, abr./jun. 2004. pp. 230-242

VELOSO, Marcelo Augusto. Uma abordagem de gênero a partir da religião: gênero, masculino e cristianismo. In: Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-americano de gênero e religião. São Leopoldo: Sinodal, 2005. P.71-79.

VIERO, Glória Josefina. **Inculturação da fé no contexto do feminismo.** 2005, Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teologia - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.



VILHENA, Valéria Cristina. **Pela voz das mulheres:** uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia. 2009, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião - Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

Submetido em: 18-6-2016

Aceito em: 31-10-2016